



INCLUSÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Jucimara Guimarães¹

Resumo

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que a Educação Especial deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação através da utilização de adaptação curriculares com a flexibilização das estratégias de ensino. A proposta deste estudo foi revisar a literatura em três bases de dados, referentes ao período de 2010 a 2015, para identificar quais estratégias pedagógicas os espaços escolares estão utilizando na adaptação curricular dos alunos da Educação Especial. Fizeram parte da pesquisa 58 artigos que foram divididos de acordo com os temas: Formação, Gestão Escolar, Síndromes específicas, TEA, Tecnologia Assistiva, Áreas do conhecimento, Extras e Deficiências. Os resultados foram agrupados em 11 categorias de acordo com as principais estratégias apresentadas nos estudos. Os dados mostraram que muitas iniciativas educacionais estão sendo desenvolvidas para tornar a escola realmente um espaço inclusivo de ensino e aprendizagem para todos. Quando a inclusão incentiva à formação continuada dos professores está se garantindo o desenvolvimento e as potencialidades de cada aluno. Essa realização é possível unindo à convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos e que não há limites quando for planejada com estratégias pedagógicas adaptadas a cada indivíduo, conforme suas peculiaridades. A pesquisa aponta, ainda, a demanda de novos estudos no campo da Adaptação Curricular que permitam melhores práticas de suporte à inclusão escolar e o processo de escolarização, de modo geral, deste público. Em relação a estudos futuros, propõem-se novas revisões e trabalhos empíricos agrupados por deficiências envolvendo as diferentes áreas de estudo/conhecimento. Sugere-se que as escolas e os professores sistematizem e publiquem suas práticas, realizadas com os alunos de diferentes deficiências, como forma de contribuir no processo educacional.

Palavras-chave: Estratégias pedagógicas - Adaptação curricular - Deficiências.

1 Professora da Rede Municipal de NH, atual assessora da Secretaria Municipal de Educação. Email jucimaraguimaraes@novohamburgo.rs.gov.br



INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma revisão sistemática que pretende traçar um panorama de quais estratégias estão sendo implementadas nas adaptações das escolas inclusivas no Brasil. Além disso, pretende-se identificar quais são as mais utilizadas e que parecem influenciar na evolução da aprendizagem dos alunos com deficiências, conforme resultados apresentados pelos artigos.

De acordo com Sant'Ana (2005), a inclusão escolar tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos na tentativa de melhor compreender a diversidade de alunos com deficiências no ensino regular, porém, num contexto bem mais amplo, não se limita somente à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, mas também tem como fundamentos teóricos-metodológicos a concepção de educação de qualidade para todos os alunos com ou sem deficiência.

Dentro desta perspectiva, faz-se necessário revisitar o conceito de educação especial como sendo:

“A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (MEC/ SEESP 2007)

De acordo com Montoan (2009), a educação especial até o momento do lançamento da Política nacional de Educação Especial (2008), entendia essa modalidade como substitutiva ao ensino regular numa escola comum, ou seja, os alunos público da educação especial frequentavam um ensino especial em escolas separadas, chamadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiência, substituindo totalmente o acesso a escola comum.

Segundo Fávero (2009, p.19), ainda há defensores desse tipo de ensino



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

segregado e:

“é como se os alunos com deficiência não precisassem frequentar um ambiente plural, coletivo, como forma de buscar seu pleno desenvolvimento humano e seu preparo para o exercício da cidadania; como se eles estivessem “dispensados” do direito ao Ensino Fundamental obrigatório, ministrado em estabelecimentos oficiais de ensino e não separados por grupos de pessoas.”

Historicamente, as primeiras discussões sobre direitos humanos, que culminaram na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, aprovada pela ONU (1948), expressa em seu artigo primeiro que todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e dignidade. Portanto, implicitamente, os artigos desta declaração trazem consigo um exercício de assegurar a todos os “mesmos direitos”: à liberdade, à educação, ao acesso cultural e social e à livre participação na vida comunitária.

Neste processo, na “Declaração Mundial de Educação Para Todos” (1990), inclui-se que a todas as pessoas deve ser garantido o direito à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência. Este documento reafirma que as pessoas portadoras de deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as outras pessoas e que esses direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação, com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (BRASIL, 2010)

Dentro deste movimento mundial, surge a “Declaração de Salamanca” (1994), que traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais”. Tal termo atendeu a todas as crianças ou aos jovens que têm necessidades especiais de aprendizagem que entre outros princípios lança, neste momento, o desafio da educação inclusiva às escolas. (BRASIL, 2010)

Destaca-se que as escolas devem acolher e ensinar a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham, de



populações distantes, nômades, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados. Neste documento, a escola deve considerar e valorizar a singularidade da aprendizagem de cada criança, portanto, o jeito de aprender de cada aluno, como uma forma dele se apresentar no espaço escolar.

Tal avanço foi extremamente importante em termos didáticos, pois serviram de base para a elaboração de políticas públicas, dentre elas, a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDBEN) de 1996, que assegura aos alunos com necessidades especiais (termo já modificado para: alunos com deficiência) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e de organização específica, para atender às suas necessidades.

De acordo com Paulon (2005), a Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite entender a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

Em 2001, surge a “Convenção de Guatemala” que confirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos das outras pessoas, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência. Na sequência, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” de 2006, assegura o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular e também é garantido o direito ao apoio necessário para facilitar a aprendizagem destes alunos.

A “Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008” estabelece que a Educação especial seja uma modalidade que perpassa todos os níveis (Educação básica e Ensino Superior) e realiza o Atendimento Educacional Especializado. Este documento também define o público atendido pela Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e assegura que os sistemas de ensino precisam de condições distintas que atendam suas necessidades educacionais.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

Como grande marco histórico brasileiro atual temos a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 através da lei 13.146 que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, enfatizando a visão do direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida social nas mais diversas esferas por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas por meio de políticas públicas ou de iniciativas a cargo das empresas.

De acordo com Pain (2015), este Estatuto amplia direitos nas mais diversas áreas: saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, transporte, cultura, turismo, lazer, acessibilidade em sua mais ampla especificidade.

PANORAMA ATUAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É dentro deste breve resumo histórico que a escola se encontra. O número de estudantes com algum tipo de deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem cresce a cada ano na rede regular de ensino, e os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) não deixam dúvidas de que o movimento de inclusão no Brasil é irreversível.

No pressuposto da educação inclusiva, a escola deve ser um local acessível, diversificado e individualizado, onde os alunos possam expressar sua individualidade e diferença e, a partir disso, serem contemplados. As condições para a aprendizagem, de acordo com Oliveira e Leite (2007), devem ser apresentadas e favorecidas por uma proposta de ensino em um só contexto escolar, buscando atender as peculiaridades educacionais de cada educando. É preciso considerar as condições sociais, intelectuais, motoras e comportamentais de cada aluno, assim como seu ritmo e tempo de aprendizagem. Ao levar em consideração o universo das diferenças individuais presentes em sala de aula, é pouco provável que as mesmas metodologias de ensino e práticas pedagógicas utilizadas na rede regular de ensino sejam eficazes e proporcionem a aprendizagem de todos os alunos.

Segundo o Censo Escolar de 2010, o número de alunos com deficiência matriculados nas turmas regulares das escolas públicas era 484.332, mas apenas



24.301 dessas instituições contam com apoio pedagógico especial. Nos dados do “Censo Escolar de 2013”, em 5.553 municípios das cinco regiões do país, 648.921 alunos com deficiência – visual, auditiva, intelectual, física ou transtornos globais do desenvolvimento – estudam em classes comuns da educação básica.

Devido a esta crescente demanda é de suma importância que a escola ofereça recursos necessários para a efetiva inclusão destes alunos, ou seja, a instituição precisa se adaptar às necessidades conforme a demanda dos alunos e promover uma ruptura com o modelo tradicional de ensino, que visa somente a aprendizagem daqueles “ditos normais”. Procurando contribuir em um destes aspectos básicos do processo da inclusão – a adaptação curricular – será abordada a partir disto como um dos processos de planejamento da escola como forma de repensar seus conceitos metodológicos.

Conforme Campbell

os Parâmetros Curriculares (1997) definiram adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que permitem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola e respeitar o ritmo de cada um. (2009, p.43)

De acordo com Mantoan (2009, p. 36), no contexto da educação inclusiva, portanto, pode-se entender a flexibilização ou adaptação como “resposta educativa que é dada pela escola para satisfazer as necessidades educativas de um aluno ou de um grupo de alunos”. Dentro da sala de aula regular, podem-se identificar tais estratégias na medida em que se fazem ajustamentos ou adequações do currículo existente.

Tal tema tem grande relevância no meio educacional devido à crescente matrícula de alunos com diferentes deficiências e tendo a escola como compromisso de efetivar a participação, integração e desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos. Ainda, tal trabalho pode contribuir para os profissionais envolvidos com a



educação inclusiva no sentido de instrumentalizá-los para uma prática pedagógica mais adequada às necessidades individuais dos seus alunos, tendo como base estudos empíricos previamente testados.

METODOLOGIA

ESTRATÉGIA DE BUSCA

Realizou-se uma revisão sistemática inicial nas bases de dados *SCIELO*, *GOOGLE SCHOLAR* e *LILACS* que teve como objetivo mapear a produção científica no Brasil em relação às estratégias pedagógicas utilizadas no ambiente escolar, com os alunos da Educação Especial, priorizando que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes anos e lugares. O levantamento utilizou os seguintes descritores “Estratégias pedagógicas/Deficiências/Aprendizagem” e “Estratégias Pedagógicas/Inclusão/Adaptação Curricular”, para localização de artigos somente em língua portuguesa. Por meio deste procedimento de busca, inicialmente, foram identificados 100 artigos potencialmente passíveis de inclusão. Em seguida, foram identificados aqueles que atenderam aos critérios de inclusão: somente artigos publicados na íntegra no período de 2010 e 2015 e que apresentaram como foco a adaptação curricular e as estratégias pedagógicas. Esse recorte temporal justifica-se pelo fato da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ter sido oficializada nacionalmente no ano de 2008.

SELEÇÃO DOS ESTUDOS E EXTRAÇÃO DOS DADOS

Após a primeira análise, que constituiu na avaliação de 100 títulos, tratou-se da leitura dos respectivos resumos. Destes, 58 foram considerados elegíveis para a segunda fase desta revisão, que se deteve em ler na íntegra estes estudos, pois preenchiam todos os critérios de inclusão.

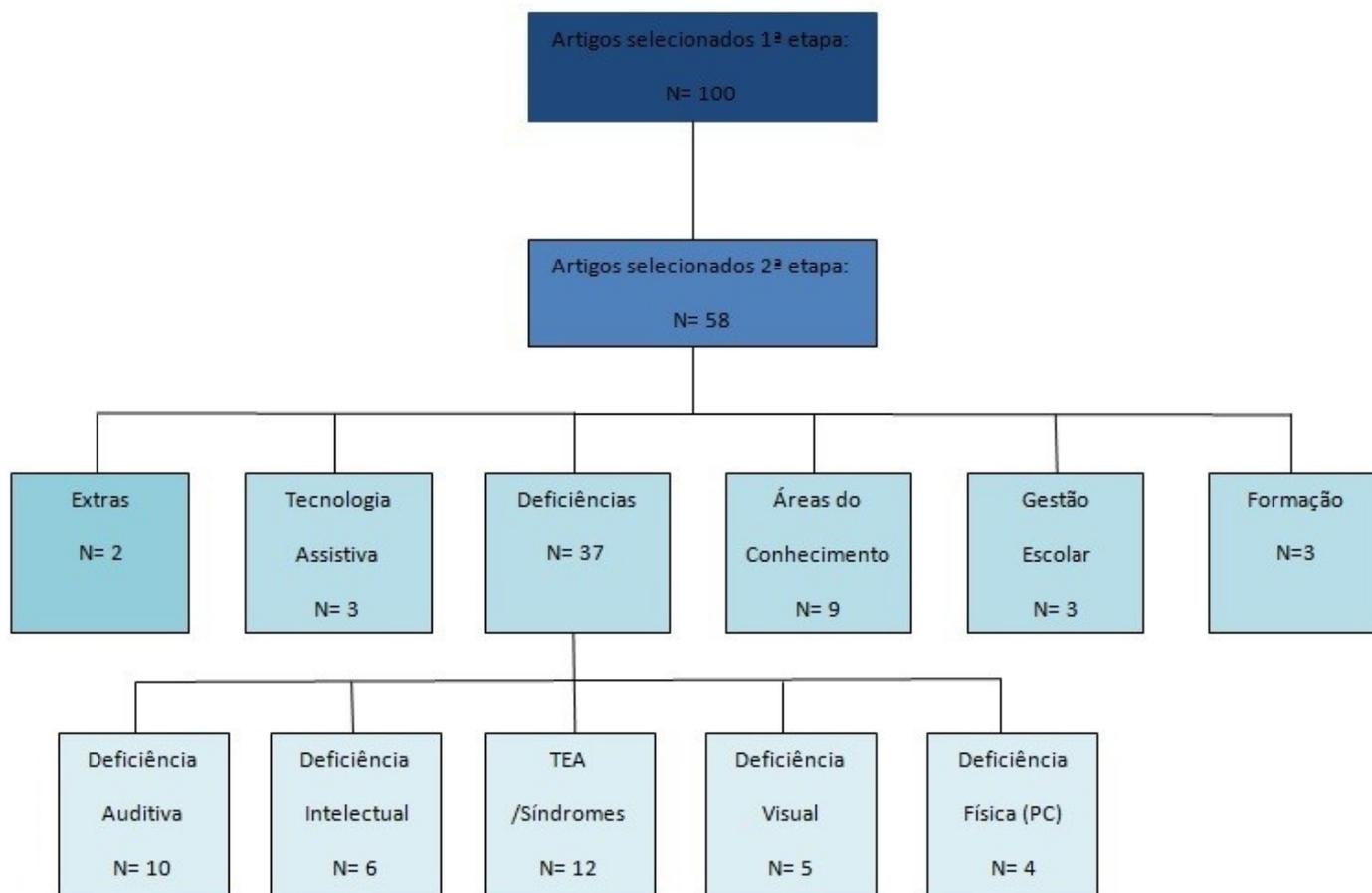
Foram selecionados os trabalhos que tinham como foco principal a

Adaptação Curricular para alunos com deficiências. Realizou-se a leitura integral dessas produções e, a partir desta proposta, apresenta-se uma análise destes estudos e destacam-se as principais estratégias utilizadas pelos diferentes espaços de inclusão.

A leitura integral dessas produções proporcionou a categorização e organização das informações, e para isso elaborou-se um fluxograma (Figura 1) de todos os artigos selecionados e uma tabela dos dados contendo a estratégia, a deficiência, os autores e o ano da publicação.

FLUXOGRAMA

Figura 1



RESULTADOS

Dos 58 artigos selecionados, criou-se agrupamentos de 11 categorias, relacionadas às temáticas apresentadas nos títulos, resumos e leitura na íntegra dos estudos. Na Tabela 1 (Levantamento das estratégias de ensino conforme Deficiências, Transtornos e Síndromes) a seguir são apresentadas as estratégias que se destacaram nos estudos e agrupadas por deficiência, transtorno ou síndromes.

Tabela 1. Levantamento das Estratégias de ensino conforme deficiências, transtornos e síndromes		
Estratégias	Deficiências/Transtornos/Síndromes	Autores
Apoio especializado (Equipe Interdisciplinar, Trabalho Interdisciplinar, Ensino Colaborativo, Docência Compartilhada)	Síndrome de Cornélia de Lange	Martin et al, 2012;
	Todas	D'Antino et al, 2013; Nóbrega et al, 2015; Pan; Zugman, 2015; Traversini et al, 2013;
	Def. Física (PC)	Júnior, 2015; Júnior, 2014;
	TEA	D'Antino et al, 2015
	Def. Intelectual	Fantacini; Dias, 2015;
	Def. Visual	Laguna, 2012
Estímulo Visual (imagens, gravuras, figuras, fotos, mapas, gráficos, tabelas, desenhos)	Def. Auditiva	Tenor; Deliberato 2015; Vitorino; Souza, 2014; Bezerra, 2014.
	TEA	Pelin, 2013; Khoury et al, 2014; Moraes et al, 2015;
Recursos Tecnológicos (computadores, softwares: Power Point, vídeos, DOSVOX)	Def. Auditiva	Caetano; Ribeiro, 2014; Lobato, 2015
	TEA	Pelin, 2013;
	Def. Visual	Laguna, 2012
	Def. Física (PC)	Heidrich, 2012

Materiais Concretos (Maquetes, Sistema Braille, Soroban, Ábaco, Jogos e Materiais Manipuláveis, Relevo)	Def. Auditiva Def. Visual Def. Intelectual	Caetano; Ribeiro, 2014; Moraes et al, 2015; Kaleff; Rosa, 2015; Laguna, 2012; Milli; Palmeira, 2014;
Tecnologia Assistiva (TA)	Todas	Costa, 2015; Mello, 2010; Eidelwein, 2015;
Libras	Def. Auditiva	Lobato, 2015; Andrade et al, 2010; Rossi, 2010
Atividade Individualizada	TEA	Menezes, 2012;
Sistema Aumentativo e Alternativos de Comunicação (SAAC)	TEA	Correia, 2015;
Turmas reduzidas	Síndrome de Willians	Lima et al, 2013;
Judô	Deficiência Visual	Batista et al, 2015;
Método TEACCH	TEA	Correia, 2015

Os artigos serão discutidos e analisados a partir de categorias, de acordo com as estratégias da Tabela 1. A maioria dos artigos refere-se a estratégias pedagógicas como: uso de vídeos com e sem legendas, cartazes, fotos, mapas e utilização de programas de computadores como Power Point (através de gráficos, figuras e tabelas destacando as cores), maquetes e recursos imagéticos que, se forem adequadamente utilizados, permitem melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem, maior participação e interação aluno-aluno e professor aluno.

Além disso, percebeu-se que os artigos preocupam-se com a formação de professores, como estratégia na preparação do profissional para lidar com as diferenças. A prática do professor em sala de aula pode ser compartilhada na forma de bidocência ou trabalho colaborativo com o professor do Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva. Essa estratégia é um conjunto de recursos e ferramentas que proporcionam às pessoas com deficiência ampliar suas habilidades funcionais para promover a inclusão com autonomia.



Ainda, é frequentemente citado nos artigos o uso de recursos e estratégias envolvendo materiais concretos e de desenho em alto relevo para facilitar a percepção e identificação das atividades propostas. Essa é uma estratégia de fácil utilização e baixo custo com uma vantagem muito expressiva para os alunos, já que os materiais manipulativos tornam a aprendizagem mais significativa. Dentre os recursos utilizados também foram citados: Soroban, Sistema Braille, inovações tecnológicas, DOSVOX. No artigo de Laguna (2012), as inovações tecnológicas trouxeram aos deficientes visuais uma nova perspectiva, pois a junção de tecnologia e educação resulta em uma prática pedagógica inovadora, que estimula e desafia o aluno na busca de novos conhecimentos.

Ainda neste sentido os artigos de Caetano; Ribeiro (2014); Lobato (2015); Pelin (2013); Laguna (2012); Heidrich (2012) citam o uso de recursos tecnológicos e pedagógicos que favoreçam o funcionamento visual e de acessibilidade como uma ferramenta importante, pode-se citar: Sala de recursos, ações combinadas entre salas de recursos e outros profissionais para atendimentos psicopedagógico e da saúde, articulação de outras áreas como apoio na organização de práticas mais individualizadas e o ensino colaborativo, onde um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade pedagógica destes alunos.

Pensar em uma equipe interdisciplinar para atendimento dos alunos demonstra a importância de outros profissionais na articulação e desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e que, quando planejadas em consonância com os Setores da Saúde, do Serviço Social, da família, garantem a permanência e o progresso escolar desses alunos. Os estudos de Martin et al. (2012), D'Antino et al (2013), Nóbrega et al (2015); Pan & Zugman (2015); Traversini et al (2013); Júnior (2015); Júnior (2014), D'Antino et al (2015); Fantacini & Dias (2015); Laguna (2012); Tenor & Deliberato (2015); Vitorino & Souza (2014) e Bezerra (2014) justificam que a articulação desta equipe promove a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar, preconizando o ingresso, a permanência e o progresso escolar destes alunos.



DISCUSSÃO

A presente revisão sistemática pretendeu traçar um levantamento de quais estratégias que auxiliariam a prática dos professores com os alunos com deficiências são mais relatadas na literatura. Sendo o diagnóstico das deficiências, transtornos ou síndromes cada vez mais precoce, destaca-se o quão a formação dos professores está sendo valorizada. Esta formação foi abordada em 16 estudos que enfatizaram o quanto o professor da sala de aula deve estar preparado para lidar com as diferenças dos alunos.

Esses estudos que discutem a formação do professor trazem a visão de que as disciplinas pedagógicas dos cursos de formação deveriam abordar a educação inclusiva como uma disciplina que possa articular com todas as outras, na qual cada professor, dentro de sua área, abordaria aspectos relacionados à inclusão, e o Estágio Supervisionado poderia firmar parcerias com as escolas que tenham alunos com deficiências.

Segundo Nacif (2016), no que consiste à educação, o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos. A autora destaca que esta nova competência implica a organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, nos agrupamentos dos alunos e nos tipos de atividades para eles planejadas. Ainda sinaliza que dentre outros aspectos do ensino e da gestão da classe, oferecer uma variedade e uma sequenciação organizada de atividades facilita a possibilidade de realizar um programa educativo adaptado às necessidades reais de seus alunos para que possam adquirir e consolidar suas aprendizagens.

Dessa forma, conclui-se o quanto os currículos e estratégias devem ser adaptados de maneira a serem dinâmicos, flexíveis e diversificados, de modo que possam atingir o maior número possível de alunos. A utilização de adaptações curriculares, como a flexibilização das estratégias de ensino, e a criação de atividades individualizadas para estes alunos e quando ampliadas para a turma, também foram evidenciados, entendendo que todos podem se beneficiar destes recursos e não apenas os alunos com deficiência. Vale ressaltar que os artigos



encontrados nessa revisão já se preocupam efetivamente com essa prática visto que em 40 artigos apareceu a necessidade de estratégias diferenciadas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência.

Dentro deste contexto, as estratégias que mais apareceram nos artigos serão citadas e comentadas na sequência, fazendo-se uso das categorias apresentadas na Tabela 1 e de estudiosos que legitimam o uso destas estratégias através de suas pesquisas na área da educação especial. Elas serão descritas de acordo com a seguinte sequência: Apoio Especializado, Estímulo Visual, Recursos Tecnológicos, Materiais Concretos, Tecnologia Assistiva, Libras, Sistema Aumentativo e Alternativos de Comunicação e Método TEACCH.

A docência compartilhada, estratégia referenciada em dois artigos, foi uma ideia inspirada nos estudos de Hugo Beyer (2006) acerca dos modelos de bidocência desenvolvidos em Hamburgo, na Alemanha. Segundo o autor, para manter a qualidade pedagógica, o professor poderá compor uma parceria com um professor com formação em educação especial que fará um atendimento pedagógico especializado. Também, salienta a exigência de um número menor de estudantes, para permitir intervenções mais pontuais, contemplando as singularidades de cada um, aprendizagens prévias e seus diferentes tempos.

Beyer (2006) destaca a importância estratégica do princípio da bidocência, para que o atendimento diferenciado do aluno de classes inclusivas torne-se viável, com margem razoável de sucesso pedagógico. Em acordo com essa dinâmica de trabalho, o estudo de Dal'Igna (2013), sugere que a atuação de dois docentes na mesma turma poderá ser desenvolvida de formas distintas considerando os objetivos da proposta assim como as características de cada grupo de alunos e da escola.

Pan & Zugman (2015) também sinalizam o papel da psicologia em sistematizar e ampliar os conhecimentos e práticas psicológicas que favoreçam e garantam o diálogo e as relações saudáveis dentro da escola. Campbell (2009) destaca que o suporte aos professores da classe comum é essencial para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem e deve criar, gradativamente,



uma infraestrutura de serviços e uma rede de apoio para superação das suas maiores dificuldades.

O Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005) impõe a criação de uma rede intersetorial e interdisciplinar de apoio, pois a relação desta proposta com a política de saúde da pessoa com deficiência se viabiliza por meio de estratégias promotoras de saúde e educação, objetivando o atendimento a diversidade social e a atenção às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Com esta perspectiva, a interface entre as áreas da saúde e educação, que tenha como propósito a união de esforços e recursos relacionados à inclusão escolar da pessoa com deficiência, pode se concretizar através da criação de uma *Rede de Apoio à Educação Inclusiva*. Este mesmo documento destaca que uma equipe interdisciplinar poderá ser constituída por profissionais da educação especial, pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, assistência social, bem como profissionais que atuam como conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde e outros, conforme o contexto de cada comunidade.

O Estímulo Visual, estratégia destacada nos seis artigos, entende-se por uso de imagens, gravuras, figuras, fotos, mapas, gráficos, tabelas, desenhos e materiais concretos, como: maquetes, Sistema Braille, Soroban, ábaco, jogos e materiais manipuláveis, construções em relevo.

Os Recursos Tecnológicos (computadores, softwares, Power Point, vídeos, DOSVOX), citados em cinco artigos, passaram a ser consideradas tecnologias necessárias à inclusão social dos indivíduos. Melo & Pupo (2010) enfatizam que os recursos de informática podem ser utilizados como alternativas a instrumentos usados no cotidiano escolar (ex: livros, caderno, lápis, agenda, mural, dentre outros) e ter seu acesso facilitado pela configuração de *hardware* e de *software*, além de recursos de Tecnologia Assistiva.

Melo (2010), aprofunda que o computador e a internet permeiam uma série de atividades dentro e fora da escola. Crianças e jovens podem acessar informação em *sites* e bibliotecas digitais, fazer pesquisas individualmente ou em grupo, desenvolver habilidades de comunicação com auxílio de uma variedade de



ferramentas (ex: *e-mails*, mensagens instantâneas, fóruns, *blogs*), produzir conhecimentos com seus colegas e com crianças e jovens de outras escolas veiculados em diferentes mídias (ex.: textos, imagens, sons, vídeos, apresentações multimídia, *sites*), integrar redes sociais.

De acordo com Dusik e Santarosa (2013), dentre tais tecnologias, destacam-se os teclados virtuais e os softwares de comando por voz como assistência e apoio na ação de escrever àqueles que, por alguma limitação motora, não conseguem se comunicar nas formas convencionais.

“Pode-se então dizer que para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis, enquanto que para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.” (Radabaugh, 1993 apud Dusik)

Já a Tecnologia Assistiva (TA), citada por três artigos, segundo Bersch e Machado (2012), deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada, que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. Eles salientam, ainda, que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão social. A legislação brasileira também apresenta a terminologia de *Ajudas Técnicas* para se referir ao que atualmente denominados *Tecnologia Assistiva*.

Costa (2015) ressalta que a TA está presente através de programas, jogos, equipamentos e objetos adaptados para os alunos utilizarem em suas atividades escolares diárias dentro e fora da escola. Esta é uma aplicabilidade da TA que colabora na vida diária de cada criança com deficiência. De acordo com Eidelwein (2015), para fazer uso da TA na escola é preciso criatividade, propondo situações que desafiem o aluno a se tornar sujeito de sua aprendizagem, experimentando e conhecendo, permitindo que possa, individualmente e coletivamente, construir novos conhecimentos.



Entende-se como Tecnologia Assistiva quando existem (a) auxílios para vida diária e vida prática; (b) comunicação Aumentativa e Alternativa; (c) recursos de Acessibilidade no computador; (d) sistemas de Controle de Ambiente; (e) projetos Arquitetônicos de acessibilidade; (f) Órteses e Próteses; (g) adequação Postural; (h) auxílios de Mobilidade; (i) auxílios para Qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas; (j) auxílio para Pessoas com Surdez ou com Déficit Auditivo; (l) mobilidade em veículos e (m) esporte e lazer.

De acordo com a proposta do Ministério da Educação na Perspectiva da Educação Especial

“[...] as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva constituem um campo de ação da educação especial que têm por finalidade atender o que é específico dos alunos com necessidades educacionais especiais, buscando recursos e estratégias que favoreçam seu processo de aprendizagem, habilitando-os funcionalmente na realização das tarefas escolares.” (MEC, 2006, p. 19)

O uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi uma estratégia destacada em três artigos, de acordo com Casarin (2012), a diferença na percepção de mundo para as comunidades surdas, perpassa, também, uma interface relativa à experiência visual. Entendendo que o contato com o mundo para os surdos se constrói a partir do canal viso-manual e não através da oralização.

Essa diferença de percepção do mundo para os surdos consolida-se todos os dias em seu cotidiano, não só através do olhar, da visão, da pessoa surda, mas da forma como se comunicam, suas expressões, corporais, faciais, enfim, todos os meios que usam para se comunicar e, acima de tudo, a língua de sinais. De acordo com Alves et al. (2012) o bilinguismo pressupõe o ensino da língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas.

Na perspectiva inclusiva da educação de pessoas com surdez, o bilinguismo que se propõe é aquele que destaca a liberdade de o aluno se expressar em uma ou



em outra língua e de participar de um ambiente escolar que desafie seu pensamento e exercite sua capacidade perceptivo-cognitiva, suas habilidades para atuar e interagir em um mundo social que é de todos, considerando o contraditório, o ambíguo, as diferenças entre as pessoas. (MEC, 2010)

O Método TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças com Autismo e Problemas de Comunicação), estratégia citada de acordo com Correia (2015) é um ensino estruturado e focaliza-se no ensino das capacidades de comunicação, organização e partilha social. Centra-se nas áreas fortes das crianças e jovens com Perturbação do espectro do Autismo, no processamento visual, na memorização de rotinas funcionais e interesses especiais, podendo ser adaptado a necessidades individuais e a diferentes formas de funcionamento.

Este modelo defende um ensino estruturado e organizado, onde todas as atividades devem ser previamente previstas no “espaço, tempo, materiais” de modo a diminuir os problemas de comportamento e as suas limitações, e promover os processos de aprendizagem e autonomia, assim como de segurança e confiança. Complementando a estrutura deste ensino, Morais (2012) reforça que se torna necessário promover regras educativas que possibilitem essa aprendizagem, e o ensino estruturado possibilita isso. Desta forma, o Modelo TEACCH tem como base principal poder ajudar as crianças com autismo e proporcionar-lhes melhores condições de vida, de crescimento e de melhora de seus desempenho e de suas capacidades adaptativas, de forma a atingir ao longo da vida mais autonomia.

A autora destaca que este modelo pode adaptar-se às necessidades específicas de cada criança, bem como a diferentes níveis de funcionamento. Sendo um modelo flexível, pois adequa-se à maneira de pensar e de aprender destas crianças, e o professor tem a vantagem de poder encontrar as estratégias mais adequadas, podendo desta forma responder mais assertivamente às necessidades individuais, podendo desta forma minimizar muitos problemas e conflitos do dia-a-dia deste tipo de alunos.

O uso do Sistema Aumentativo e Alternativos de Comunicação (SAAC), citado em um único artigo, contribui para promover a comunicação em contexto



escolar e tem trazido benefícios a toda comunidade escolar – alunos, responsáveis, pais e gestão escolar. (WALTER et al., 2013) Muitos estudos envolvendo a SAAC no espaço da sala de aula apontam para uma melhora significativa no que se refere à prática pedagógica e também às relações interpessoais dos sujeitos não-oralizados.

Portanto os SAACS podem manifestar-se de forma gestual ou gráfica. Sendo que os sistemas gestuais exigem maior percepção e controle motor. Já os sistemas gráficos comunicam e expressam os pensamentos e emoções através de imagens e símbolos. De acordo com Bersch & Schirmer (2005), a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é destinada a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre a sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever.

Segundo Sartoretto & Bersch (2010) a CAA possibilita a construção de novos canais de comunicação, através da valorização de todas as formas expressivas já existentes na pessoa com dificuldade de comunicação. Gestos, sons, expressões faciais e corporais devem ser identificados e utilizados para manifestar desejos, necessidades, opiniões, posicionamentos, tais como: Sim, Não, Olá, Tchau, Dinheiro, Banheiro, Estou bem, Tenho dor, Quero (determinada coisa para a qual estou apontando), tenho fome e outras expressões utilizadas no cotidiano.

Tem como objetivo ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidade de expressão e compreensão, são organizados e construídos cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, dependendo da maneira como for utilizado, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação. Estes recursos de comunicação de cada pessoa são construídos de forma totalmente personalizada e levam em consideração várias características que atendem à necessidade deste usuário. (SARTORETTO e BERSCH, 2010. Pág. 22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão sistemática pretendeu traçar um panorama das principais



estratégias utilizadas nas adaptações curriculares com alunos de educação especial. Os documentos governamentais (decretos, leis, políticas nacional da educação especial, etc.) exercem forte influência no processo de inclusão e implantação da adaptação curricular para alunos com as mais diversas deficiências, síndromes e transtornos. Entende-se que são esses documentos que irão garantir a permanência dos alunos no contexto escolar e vão fornecer o embasamento teórico e prático dos professores que atendem esses alunos. Todos os artigos incluídos nessa revisão preocupam-se em embasar seu trabalho nesses documentos.

As principais estratégias encontradas foram: Docência Compartilhada, Bidocência e Equipe Interdisciplinar, Estímulo Visual e Uso de Materiais Concretos, Recursos Tecnológicos, Tecnologia Assistiva, Língua Brasileira de Sinais, Método TEACCH e Sistema Aumentativo e Alternativos de Comunicação (SAAC). Nesse sentido, tal estudo foi pertinente porque conseguiu sistematizar artigos e mapear estratégias pedagógicas que estão sendo utilizadas nos diferentes espaços escolares e que possibilitam potencializar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiências.

Os trabalhos selecionados e destacados demonstram como resultado direto das propostas de adaptação curricular a sua relação com a formação continuada do professor da escola comum, sendo ele o principal mediador dos processos de aprendizagem, no planejamento de intervenções pedagógicas e como facilitador das relações escolares. Entende-se que, para que a escola possa desenvolver propostas inclusivas atendendo todos os alunos, os professores deverão estar em constante processo de formação e impulsionados pela gestão escolar.

Portanto, as adaptações curriculares e a flexibilização do currículo através de estratégias pedagógicas que atendam e desenvolvam a aprendizagem de todos os alunos dentro das suas especificidades estão diretamente relacionadas com a formação continuada dos professores.

Esta proposta amplia o olhar sobre a educação e nos faz reconstruir os conceitos e concepções de aprendizagem proporcionando um novo pensar onde a inclusão educacional pressupõe um outro modelo de escola. Constituindo-se como



um espaço de transformação e construção de uma escola humanizadora que reconhece e valoriza as diferenças e possibilidades de cada um. Sinaliza a importância de desenvolver autonomia deles, através de atividades de vida diária como suporte para uma independência, evitando o “enclausuramento” que muitos experienciam na vida adulta.

Tal como foi discutido no artigo, ressalta-se que a escola, para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Em relação a estudos futuros, propõe-se novas revisões e trabalhos empíricos agrupados por deficiências, envolvendo as diferentes áreas de estudo/conhecimento. Sugere-se que as escolas e os professores sistematizem e publiquem suas práticas, realizadas com os alunos de diferentes deficiências, como forma de contribuir no processo educacional. O debate sobre inclusão vem se mostrando bastante intenso nos últimos anos: antes se buscava legitimar o direito das pessoas diferentes à educação, garantindo com isso o acesso à escola comum, hoje a busca é por somar a essa entrada condições ideais de permanência e a efetiva promoção da educação, o que transfere o foco do debate para o processo de ensino-aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. et al.; **Judô na escola para pessoas com deficiência visual: benefícios, estratégias metodológicas e adaptações para inclusão no âmbito escolar e esportivo.** Centro Universitário Celso Lisboa. 2015.

ALTAFANI, Magda. **Ensinar na diversidade:** um desafio de todos os educadores. São Leopoldo: Estação Gráfica, 2007.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5**. 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BwDYtZFWfxMbWs2UC1WdWJzZTQ/edit?pli=>>>
Acesso em: 31 agosto. 2016

BADDELEY, Alan; ANDESON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Escolarização e deficiência**: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: ABPEE, 2015.

BARROS, Gilsene Daura da Silva. **As meninas de Helena**: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015.

BASSO, Sabrina Pereira Soares. **Cursos de licenciatura na área de ciências: a temática inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Bauru, 2015. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem/Tailândia:



UNESCO, 1990.

_____. **Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares:** ensino de 1ª e 8ª série. Brasília, DF: MEC/SEESP, s.d.

_____. **Orientação e Mobilidade, Atividades da Vida Diária, Escrita Cursiva, Sorobã, Estimulação Visual.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Ensaio pedagógico - Construindo Escolas Inclusivas.** 1. ed. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2005.

_____. **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, DF: MEC/ SEESP, 2006.

_____. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Especial, - 2010.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes metodológicas**: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizado. Brasília, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_metodologicas_elaboração_sistematica.pdf> Acesso em: 1 de dezembro de 2015.

CAETANO, Angela Maria da Silva; RIBEIRO, Daniele Magalhães. **O ensino de geografia para alunos surdos ou com deficiência auditiva do Instituto Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: IFF Campos dos Goytacazes, 2014.

CAMPBELL, S. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009.

COLL, César et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. Vol.3.

CARVALHO, Brunna Stella da Silva; NASCIMENTO, Lilian Ferreira do. **O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 677-690, set./dez. 2015.

CORREIA, Lisandra Cláudia Andrade. **Percepções e conhecimentos dos docentes face à inclusão de alunos com autismo no ensino regular**. 2015. 86 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Universidade da Madeira. Junho, 2015.

COSTA, Gilvania Farias da. **A Tecnologia Assistiva como recurso pedagógico de apoio ao AEE**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

D'ANTINO, M. E. F.; BRUNONI, D.; SCHWARTZMAN, J. S. **Contribuições para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: estudos interdisciplinares em educação e saúde em alunos com Transtorno do Espectro do**



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

Autismo no município de Barueri, SP. São Paulo: Memnon, 2015.

DECLARAÇÃO Dos Direitos Humanos. (1948). Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php > . Acesso em: 10 de novembro de 2015.

DUZIK, Cláudio; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Teclado virtual silábico-alfabético para pessoas com deficiência Física**. In: PASSERINO, Liliana Maria et al. Comunicar para incluir. Porto Alegre: CRBF, 2013.

EIDELWEIN, Fabiana. **O desenvolvimento de um aluno com paralisia cerebral com a utilização do recurso da Tecnologia Assistiva no ensino regular**. Signos, ano 36, n. 1, p. 86-101, 2015.

FACHINETTI, T. A.; GONÇALVES, A. G.; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. **Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física**. Crítica Educativa, Sorocaba, v.1, n.2, p. 172-186, jul./dez. 2015.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 1, p. 57-74, jan./mar. 2015.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Orientações e marcos legais mais importantes para a inclusão**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

FIORINI, Maria Luiza; BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido; MANZINI, Eduardo José. **Análise de dissertações e teses em educação e educação física sobre estratégias de ensino e recursos pedagógicos para inclusão do aluno com deficiência**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP,



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

Campinas, v. 13, n. 2, p. 98-116, abr./jun. 2015.

FLORES, Patric Paludett; KRUG, Hugo Norberto. **Formação inicial de professores de educação física: o estágio curricular supervisionado em contexto escolar inclusivo**. Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 6, n. 11, p. 190-215, jan./jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1961&id_pagina=1>. Acesso em: 15 dez. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico – Censo escolar 2010. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

LAGUNA, Jacqueline de Cássia. **A utilização de diferentes recursos pedagógicos como auxílio na aprendizagem de alunos com deficiência visual**. Medianeira: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

MACÊDO, Moésia Alves; MACEDO, Moema Alves; FERREIRA, Ivancildo Costa. **Estratégias usadas por professores para avaliar crianças com deficiência intelectual**. Faculdade Leão Sampaio. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, ano 2, v. 2, n.6, 2014.

MARTINEZ, Lucas da Silva; OLIVEIRA, Everton Fêrrer de; MOSCATO, Jarbas Parise. **Educação inclusiva: apontamentos sobre a história, políticas e práticas de inclusão na escola**. DIÁLOGO, Canoas, n.30, p.43-54, dez. 2015.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

MELLO, Anahi Guedes. **Políticas públicas de educação inclusiva: oferta de tecnologia assistiva para estudantes com deficiência.** Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.68-92, jul. 2010. Semestral. Disponível em: < www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Inclusão escolar: O que é ? Por quê ? Como fazer?.** São Paulo: Summus, 2015.

MORAES, Wesley Soares Guedes de. **Educação especial no Brasil: a educação de surdos e os desafios na contemporaneidade.** Revista Entreideias, Salvador, v. 4, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2015.

MORAES, C. F. A. et al.; **Necessidades e reflexões do professor diante da inclusão de alunos com autismo.** Rev. Científica Eletrônica UNISEB, Ribeirão Preto, v.5, n.5, p.184-199, jan./jun.2015.

MILLI, Elcio Pasolini; PALMEIRA, Cátia Aparecida. **Ampliando horizontes no ensino-aprendizagem de matemática com alunos com deficiência Intelectual.** Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco, V. 4, n. 2, p. 23-35, 2015.

NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. **Educação Física Escolar: percepções do**



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

aluno com deficiência. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2016.

NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do; CRUZ, Mara Lucia Reis Monteiro da. **Da realidade à inclusão**: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista – TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental. Polyphonia, v. 25/2, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Patrícia Santos de; SILVA, Melina Thais da. Educação física e educação especial: a relação de parceria entre professores que trabalham no modelo de ensino colaborativo. Universidade de São Carlos – SP, 2015.

OLIVEIRA, A.A.S.; LEITE, L.P. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico**. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Vol. 15, fascículo 57, Cesgranrio/RJ, 2007.

OLIVEIRA, A. C.F. et al.; **Garantias dos direitos de aprendizagem e adaptação curricular no processo de inclusão escolar**. Revista Funec Científica - Educação, Santa Fé do Sul (SP), v.1, n.1, p. 70-84, jan./jun. 2015.

PASSERINO, Liliana Maria et al. **Comunicar para incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca, PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEDRETTI, Alessandro; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília,



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

v. 22, n. 1, p. 111-124, Jan.-Mar. 2016

PELIN, Leonice. **Estratégias para a inclusão de alunos com – transtorno do espectro autista.** Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2013.

PEREIRA, L. L. S. et al.; **Trajatória da formação de professores de ciências para educação inclusiva em Goiás, Brasil, sob a ótica de participantes de uma rede colaborativa.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 21, n. 2, p. 473-491, 2015

POKER, Rosimar Bortolini; FERNANDES, Juliana Jeronymo; COLANTONIO, Suzilene. **Formação do Professor e Educação Inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista – Unesp.** Revista InFor, n.1, 2015.

PORTAL BRASIL. **Governo expande inclusão de pessoas com deficiência nas escolas.** Dezembro, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014-12/governo-expande-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-nas-escolas>.> Acessado em: 1º de setembro de 2015.

RIOS, Ana Patrícia Falcão de Oliveira. **Educação Física e Inclusão:** uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba. Piritiba, 2014 – Universidade de Brasília.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago, 2005.

SANTANNA, Adriene. **A gestão escolar no contexto da educação inclusiva: a educação especial em questão.** RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 2, n. 1, p. 55-82, jan./jun. 2015.



XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica
Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – 24 de outubro de 2017

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Pereira dos. **Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão.** Educação & Realidade, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

SILVA, Ricardo Souza da; KATO, Ademilde Aparecida Gabriel. **Adaptações curriculares para o ensino-aprendizagem de alunos com baixa visão.** Revista Eventos Pedagógicos, v. 1, n.1 (1. ed. rev. e aum.), p. 66-74, ago./dez. 2010.

SILVA, Flávia Calheiros. **Estratégias utilizadas por professores da escola regular no processo ensino-aprendizagem de crianças com deficiência visual.** Universidade de Alagoas. Instituto de Psicologia. Macéio, 2015.

SILVA, Dânae Rasia da; NASCIMENTO, Rosângela C. Gomes. **Promovendo a sustentabilidade a partir da inclusão escolar de pessoas com deficiência visual.** Revista DI@LOGUS – V. 4, nº 1.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

VALERA, Juliessa Ricce. **Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2015.

ZUFFI, Edna Maura. **A inclusão de alunos portadores de deficiência intelectual e/ou paralisia cerebral em salas de aula regulares de matemática.** Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática, Universidade de São Paulo, v.7, n. 2, 2014.